

ANGICOS/1963: UM MARCO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL¹

Francisco José da Silveira Lobo Neto²

Introdução

Em 1963, realizava-se em Angicos (RN), uma experiência cujas repercussões – políticas e pedagógicas – marcaram fortemente a história da educação brasileira.

Os fatos históricos, contudo, não podem entender-se plenamente sem o contexto dos processos históricos que, antes e depois, dão-lhes a importância de serem sínteses e imagens marcantes.

Angicos, no Rio Grande do Norte, como experiência pedagógica, dá visibilidade a um trabalho que se vai construindo em um grupo dinâmico de pessoas, inegavelmente sob a liderança de Paulo Freire.

O próprio Paulo Freire, no *Cartas a Cristina*, resgatando sua atuação nos Clubes do SESI (*Décima Primeira Carta*) nos dá seu testemunho sobre a construção coletiva de sua proposta para a *alfabetização* de adultos.

Sem a intenção de fazer História, ele historiciza sua trajetória, marcada pelo respeito aos sujeitos do processo político-pedagógico. Assim é que, na *Décima Segunda Carta*, revela seus passos desde o Movimento de Cultura Popular do Prefeito Miguel Arraes até o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. E reflete o seu protagonismo – e o deste Serviço – na experiência de Angicos, provocada por Calazans Fernandes, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, no Governo Aluísio Alves.

Embora sendo impreciso na data – “não me lembro de que mês de 1963” (na verdade tratava-se de setembro de 1962) – Paulo Freire relata minuciosamente a proposta de Calazans e as condições que impôs para cooperar com o governo de Rio

¹ Texto republicado em 23/08/2023, tendo em vista a comemoração dos 20 anos da TN, por sua qualidade e atualidade acadêmica. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.11i16.p8452>

² Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense -UFF, Niterói (RJ), Professor Aposentado de História da Educação da UFF, Professor-Pesquisador do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (LATEPS) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: sloboneto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9292-3069>.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774154084956899>

Grande do Norte (RN): convênio do RN com o SEC/UR, garantindo autonomia e condições de trabalho; liberdade de colaborar com a Prefeitura de Natal, cujo Secretário de Educação era Moacir de Góes; coordenação da Universidade do Recife, em estreita relação com o Secretário de Educação; e “o governador do Estado deveria precaver-se de, durante os trabalhos, fazer visitas aos centros ou aos círculos de cultura para evitar exploração política”.

O convênio foi assinado em 3 de dezembro de 1962, com a interveniência da SUDENE e da USAID/Aliança para o Progresso. Neste mesmo mês, o estudante de Direito Marcos Guerra, presidente da União Estadual de Estudantes, foi encarregado de formar a equipe que coordenaria os trabalhos nos Círculos de Cultura a serem instalados em Angicos. Na relação nominal dos coordenadores, preservada por Carlos Augusto Lyra Martins em seu livro *“As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação”* (LYRA, 1996, p. 118), contam-se 2 secundaristas, e entre os universitários, 7 estudantes de Filosofia, 1 de Farmácia, 4 de Direito, 1 de Odontologia, 2 de Serviço Social, 1 de Pedagogia e 3 de Medicina.

Embora a aula inaugural sobre Cultura – com a presença do Governador Aluísio Alves – tenha ocorrido no dia 18 de janeiro de 1963, o início da Alfabetização só aconteceu no dia 28 de janeiro, com a palavra geradora “belota” (LYRA, 1996, p.34-39), tendo a participação de 254 alfabetizandos. Sucederam-se os encontros, mais frequentes (quase cotidianos) no mês de fevereiro e primeira metade de março.

O sábado, 16 de março, foi o “último dia de aula” registrado pelo Carlos Lyra (1996, p. 108-109):

Os participantes, apreensivos, indagam diariamente, sobre o final do curso. Decidimos encerrar sem avisá-los antecipadamente, pois eles afirmavam que não iriam ao último debate. Foi a ‘aula da saudadezinha’. Fizemos um breve histórico do curso (...). Em nome dos alunos falaram o Sr. Antônio Ferreira e o Sr. Geraldo que, emocionado, disse: – Foi muito pouco tempo, mas hoje já sei ler. Não uso mais o dedo, agora escrevo o meu nome. Como é que eu devo provar? É lendo.

Ficou marcado para o dia 22 de março o “encerramento oficial”. O presidente João Goulart estaria presente à quadragésima hora. Adiada a visita do presidente ao Rio Grande do Norte, a última aula ocorreu na terça feira, dia 2 de abril, “numa solenidade milionária de autoridades” (LYRA, 1996, p. 109). Sentados à mesa, ao lado do Presidente da República, entre outros, os Governadores de Pernambuco (Miguel

Arraes), Sergipe (Seixas Dória), Ceará (Virgílio Távora) e Rio Grande do Norte (Aluízio Alves; o Ministro da Educação (Theotônio Monteiro de Barros), o Superintendente da SUDENE (Celso Furtado), o Comandante do IV Exército (Humberto Castelo Branco) e Sílvio Pedroza, ex-governador do Estado (1951-1956). Paulo Freire e Calazans Fernandes, com os coordenadores dos Círculos de Cultura e os próprios participantes do processo educativo, sujeitos conscientes de que se vivia um momento/marco histórico.

E ninguém melhor, para dizer isso, do que Antônio Ferreira, falando em nome dos participantes, no registro de Lyra (1996, p. 115-116):

Em outra hora, nós era massa. Hoje, já não somos massa, estamos sendo povo. Nós todos, alunos, uns trezentos e tantos ou quatrocentos, já sabemos escrever *qualqué* coisa, e ler outras coisas. Com a continuação, amanhã ou *adepois*, sabemos escrever as cartilhas do presidente da República, sabemos fazer *qualqué* coisa em favor do Brasil, em favor do Estado.

Angicos foi uma experiência pedagógica plena e, por isso mesmo, foi política, como radicalmente políticas – resvalando para politiqueras – as que se proclamam apolíticas. Nada mais eloquente do que a menção do General Castelo Branco ao Secretário Calazans Fernandes – ouvida e registrada por Carlos Lyra (1996, p. 117) – sobre estar “engordando cascavéis neste sertão”. Isto depois de tecer, “de próprio punho”, no caderno de anotações do coordenador Talvani Guedes, “elogiosas referências ao nosso trabalho”.

A reportagem de O Globo, dois dias após o encerramento, comunica a expressa intenção presidencial de expandir nacionalmente a experiência de Angicos. E, de fato, já no segundo semestre de 1963, como projeto piloto do Programa Nacional de Alfabetização, são implantados processos de alfabetização, tendo por base a realização de Angicos, em Quintas (Natal), Mossoró, Caicó, Macau, Ubatuba, Osasco, Rio de Janeiro, Brasília, Aracaju, Porto Alegre e outras.

A formalização do Programa Nacional de Alfabetização pelo Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964, em seu primeiro Artigo define que “Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura”.

Antes de completar o seu terceiro mês, logo após o golpe de Estado de 1º de abril, o Decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964, (véspera da posse do Marechal

Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência da República, por uma maioria de congressistas acovardados diante do poder militar) extingue o Programa, determinando o recolhimento de “todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização”.

Determinação coerente com a obsessiva intenção de tutelar autoritariamente as ideias em nome da democracia, expressa em um dos *considerando*:

CONSIDERANDO ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo.

Paulo Freire é preso em junho e se vê – ameaçado – na necessidade de exilar-se. E foi bem recebido no mundo. Muito – e de muitas formas – se tentou explicar seu sucesso e o sucesso de seu método. Creio que nada melhor para explicá-lo do que a síntese apresentada num trecho de sua explanação no dia 2 de abril de 1963, em Angicos:

Quebramos uma série de tabus metodológicos. Superamos a escola pelo que nós chamamos Círculo de Cultura; o aluno, pelo participante de debates; a aula pelo diálogo; o programa acadêmico por situações sociológicas desafiadoras, que nós pomos diante dos grupos com quem debatemos e de quem arrancamos uma sabedoria que existe e que é, esta sabedoria, opinativa e existencial do povo. (LYRA, 1996, p. 116).

Estamos trazendo para os leitores alguns Documentos disponíveis sobre o estado da reflexão a respeito da questão, no final da década de 1950 (Documento 1); a reportagem do correspondente de O Globo, imediatamente após o encerramento da experiência de Angicos (Documento 2); o texto de Antonio Callado, publicado no JB, uma semana antes da criação do Programa Nacional de Alfabetização (Documento 3); Os Decretos de criação e extinção do Programa (Documentos 4 e 5) e, finalmente, as entrevistas/depoimentos de Osmar Fávero e Marcos Guerra gravadas e disponibilizadas na Internet (Documentos 6 e 7).

Dada a natureza desta coluna, as referências bibliográficas se referem apenas às obras de atores participantes da experiência de Angicos, sem mencionar os trabalhos que sobre ela se produziram.

Documento 1:

Relatório Final do Seminário Regional de Educação de Adultos (Pernambuco – 1958) apresentado ao II Congresso de Alfabetização de Adultos.

2ª Comissão:

Tema: O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

1 – A situação em face dos dados estatísticos oficiais, apresentados pelo Departamento regional de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística Municipal, setor de Pernambuco, Conselho Nacional de Estatística:

- a) em 1958, a matrícula inicial nas escolas primárias atingiu apenas a 33% da população em idade escolar;
- b) em 1957, dos 4.010.883 habitantes do Estado, sabiam ler e escrever 1.696.184, o que nos dá uma percentagem de 42,28% de letrados;
- c) em 1950 a quota de alfabetização, baseada no Senso Demográfico, é de 31,75%, embora marque pequeno progresso em comparação à de 1940, que é de 28,33%;
- d) a quota de alfabetização masculina é mais elevada do que a feminina, tanto em 1940 como em 1950; porém a diferença relativa entre as quotas de alfabetização dos dois sexos é menor em 1950 do que em 1940, tendo sido o progresso da alfabetização feminina maior do que o da masculina entre 1940 a 1950;
- e) em relação às diferentes regiões do Estado, o resultado é o seguinte: A quota de alfabetização mais elevada é a da zona do litoral e Mata (33,76% em 1940 e 36,41% em 1950); A zona do sertão do São Francisco foi a que apresentou o maior progresso (de 26,34% em 1940 para 31,90% em 1950); A zona do Sertão Baixo e do Sertão do Araripe apresentam quotas de alfabetização ainda mais baixos (17,84% em 1940 e 20,06% em 1950, na Zona do Sertão Baixo, e 19,18% em 1950, na do Sertão

do Araripe); A quota mais baixa de alfabetização (16,50% em 1940 e 18,14% em 1950) corresponde à zona do Agreste;

f) examinando-se as quotas de alfabetização, por Municípios, encontram-se diferenças muito fortes: variam essas quotas entre os mínimos de 8,04% em 1940 (João Alfredo) e 9,41% em 1950 (Bom Jardim) e os máximos de 63,57% em 1940 e 60,04 em 1950 (Recife). Em 61 municípios a quota de alfabetização é maior em 1950 do que 1940 e em 24, menor. Verificaram-se superiores a 10% da quota de alfabetização nos Municípios de Bezerros e da Jatinã. As maiores diminuições da quota de alfabetização foram verificadas nos Municípios de Gameleira, Manissobal (atual São José do Belmonte) e Recife;

g) em comparação com as outras unidades da Federação, **Pernambuco** ocupa o 14º lugar, levando-se em conta a alfabetização na população de dez (10) anos ou mais.

2 – A situação em face dos dados oficiais fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Pedagógicas de Pernambuco:

a) é insuficiente a rede escolar do Estado: em levantamento procedido em 1955 era de 5051 o “déficit” de escolas, ficando fora das mesmas 67% das crianças;

b) a evasão dos alunos é problema que continua a desafiar todo o esforço dos responsáveis pela educação. A percentagem mais alta obtida, nos últimos anos, de alunos que concluem a 5ª série, sobre o total da matrícula, foi de 10%, registrada em 1957; é aproximadamente de 90% a evasão até a conclusão do curso;

c) em relação ao rendimento escolar, o resultado apresentado pela 1ª série, tem feito, invariavelmente, baixar de muito a percentagem de todas as escolas. A percentagem mais alta obtida nestas séries foi de 69% em 1957, isto mesmo devido a uma maior condescendência recomendada na organização e aplicação das provas. No mesmo ano, foi de 82%, 82%, 81% e 83% a percentagem nas 2ªs, 3ªs, 4ªs e 5ªs séries, respectivamente;

d) a repetição de série uma, duas, três, quatro e até 5 vezes é fato que tem ocorrido nas escolas do estado, obrigando muitas vezes o aluno a permanecer na escola primária, sete, oito, nove e até dez anos, sem que muitas vezes, tenha concluído o curso;

e) enfim, soma de conhecimentos e técnicas dominadas por 70% dos escolares primários de Pernambuco é deficiente e não satisfaz aos propósitos de uma escola fundamental.

NOTAS:

1ª – Vejam-se os quadros demonstrativos que acompanham o **relatório** da 2ª Comissão;

2ª – Faltam dados sobre a instabilidade da população sertaneja, ou seja, sobre o seu deslocamento, sobretudo em períodos de estiagem prolongada, o que, como é óbvio, deverá pesar, e muito, no baixo índice de alfabetização do estado.

SUGESTÕES PARA UMA SOLUÇÃO:

a) Levar o governo federal a suprir as deficiências da rede escolar nos estados deficitários, de modo a que possa cumprir a Lei de obrigatoriedade do ensino primário, realizando-se simultaneamente campanhas reeducativas, neste sentido;

b) Oferecer facilidades à iniciativa particular, em tudo que diga respeito à difusão da cultura, sem diminuição das responsabilidades do Estado, neste setor de atribuições;

c) Manter a escola gratuita, mediante a execução de um vasto plano educacional, que atinja a todos os recantos do país, aberta a todos os seus habitantes, com efetiva igualdade de oportunidades, porque “educação não é privilégio”;

d) Aplicar, em cada unidade da Federação, os fundos de educação Estadual, previstos pela Constituição, em sua exata proporcionalidade;

e) Efetivar um inteligente plano de descentralização do ensino, dando aos estados maiores oportunidades de aplicação dos seus sistemas escolares, bem como de aplicação das verbas federais que lhes forem destinadas;

f) Rever cuidadosamente a rede escolar em função, mediante informação de Inspetorias locais, tendo em vista a supressão e localização de cadeiras nas zonas mais adequadas;

g) Assistir tecnicamente o professorado por meio de estágios, cursos, reuniões, círculos de estudo, mesas redondas, seminários, e pelo fortalecimento e empréstimos de monografias, livros didáticos especializados, instruções, planos de trabalho etc.;

- h) Selecionar os elementos mais capazes do magistério de modo que possam cumprir com acerto a dedicação às funções a que se destinam;
- i) Organizar o currículo da escola primária de forma que o processo educativo se exerça sem paradas, lacunas ou evasões, atendendo a programas flexíveis e adaptados às possibilidades do educando e às necessidades locais;
- j) Conceituar exatamente os termos – alfabetizar, alfabetização – libertando a escola de conceitos tradicionais que levam ao impedimento de promoção de grau aos 33% de alunos matriculados nas escolas primárias e à evasão de 90% de seus alunos até a conclusão de Curso.
- k) Combater sem tréguas o pauperismo e a ignorância das populações nordestinas, mediante um vasto plano civilizado, de aplicação imediata, aproveitando os recursos da eletrificação, irrigação, drenagem e açudagem, com o aproveitamento integral da energia de Paulo Afonso, obtendo-se uma industrialização bem planejada e a racionalização dos métodos de aproveitamento do solo.

3ª Comissão

Tema: A EDUCAÇÃO DOS ADULTOS E AS POPULAÇÕES DE MARGINAIS:
O PROBLEMA DOS MOCAMBOS.

- a) Apesar de serem considerados “marginais” todos aqueles que não se integram perfeitamente na vida social, dependendo como tal serem incluídos os inválidos de todos os tipos, os mendigos, as prostitutas, os fora da lei, em geral, a Comissão se fixou naqueles que residem em mocambos, este foi o tema que lhe coube, bem ajustado a uma das formas de habitação típica de grande parte dos marginais de Recife;
- b) É de todo louvável o esforço do conhecimento das peculiaridades regionais brasileiras, de nosso contorno social e histórico;
- c) O que mais enfaticamente nos interessa, no momento que passa, é na nossa “sobrevivência histórica do povo que vem vivendo a sua promoção de ser colonial, em ser nacional”; do “ser objeto de pensamento de outros, em ser sujeito do seu próprio pensamento” (Vieira Pinto). E ao mesmo tempo, o estabelecimento de bases para nosso regime de vida e de trabalho, que de simplesmente agrícola, latifundiário,

paternal e escravocrata, se transforma no de um país que se industrializa, inserida em um processo de desenvolvimento e de mudanças rápidas;

d) É tempo de, atendendo a estes imperativos, considerar a indispensabilidade da consciência de processo de desenvolvimento, por parte do povo, a emersão desse povo na vida pública nacional como interferente em todo o trabalho de elaboração, participação e decisão responsáveis em todos os momentos da vida pública – como convém à estrutura o funcionamento de uma democracia;

e) Tomando em consideração muito especial o problema dos mocambos, vemos que estes, situados nos córregos e morros, mangues e areais do Recife, abrigam habitantes nem sempre marginais, mais de três tipos sociais distintos:

1. o proletariado assalariado; 2. o subproletariado, vivendo de “biscates”; 3. o mendigo, real ou falso.

O primeiro, fazendo parte sistemática do circuito econômico; o segundo fora do circuito em caráter permanente e esforçando-se para nele penetrar; o terceiro, improdutivo e refletindo mais fortemente esse aspecto da nossa patologia social.

Essas zonas se situam na parte urbana, suburbana ou rurbana de Recife, e vem recebendo o impacto constante de populações rurais do estado e de outros estados da região, dando como resultado o que o sociólogo Gilberto Freyre já chamou de “inchação do Recife”.

SUGESTÕES PARA UMA SOLUÇÃO:

Conhecida tão criticamente quanto possível essa realidade, em mudança constante, passará o processo educativo a trabalhá-la, de um modo aliás que parece convir a todo o território nacional, sobretudo onde houver maior concentração de desajustes sociais:

a) Rever em todos os seus aspectos, a inadaptação dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, com aproveitamento dos positivos que passam ser adaptados à nova realidade;

b) Proporcionar ao homem um preparo técnico especializado, para poder interferir, de fato, no “processo de desenvolvimento” do país. Equivale a dizer: fazê-lo sair da condição de marginal para a de participante do trabalho, da produção, do

rendimento. Aí vale a pena ressaltar ainda o papel das escolas profissionais e rurais, de todos os tipos;

c) Impedir que o trabalho educativo se faça sobre ou para o homem, do tipo apenas alfabetizador ou de penetração auditiva simplesmente, substituindo-o por aquele outro que se obtém com o homem; evidentemente mais uma vez imperativo de sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive;

d) Organizar cursos de todos os tipos, para as zonas mais populosas, onde maior concentração houver de desajustados, de duração rápida, intensiva, ou prolongados, cujos programas devem ser, em parte, planejados com os alunos, para que correspondam à sua realidade existencial. Convém ainda lembrar os que se processam sob regime de internato, quando os recursos o permitirem. Nestes cursos seria dada ênfase ao ensino técnico e agrícola de acordo com a especial destinação de cada um deles. Ao lado destes, os de arte culinária, arranjos do lar, higiene e puericultura, corte e costura, pequenas indústrias caseiras, com vistas ao aumento do poder aquisitivo da família;

e) Criar, posteriormente aos grupos de estudos, os grupos de ação dentro do espírito do autogoverno, agindo sobre problemas mais simples da vida local: buracos das ruas, poças de lama, combate às muriçocas e aos animais daninhos, construção de fossas, realização de feiras, programas esportivos e recreativos em geral etc. Até uma interferência ativa na vida religiosa, econômica, política, do distrito, do município, do estado e do país;

f) Articular o trabalho das escolas de adultos com as instituições existentes, para crianças, onde funcionam “Clubes de Pais”, de modo a fortalecer por mais este meio, os laços de união entre família e a escola;

g) Interessar as instituições beneficentes e particulares de todos os tipos que se interessem por este trabalho de recuperação de adultos, bem como as de pesquisa social e pedagógica – estas fornecendo ao educador os elementos para uma ação positiva e realista;

h) Criar uma mentalidade nova no educador, a par de um preparo especializado que está a exigir esta forma especial de participação sua no trabalho de erguimento do país;

- i) Renovar os métodos e processos educativos, sem a rejeição dos exclusivamente auditivos. Substituir o discurso pela discussão. Utilizar modernas técnicas de educação de grupos, com recursos áudios-visuais, ativos e funcionais, aproveitando o cinema, a dramatização, o rádio, a imprensa etc.

Documento 2:

Alfabetizado em 40 Horas, um Ancião Discursou Para Goulart

DESAPARECIDO do Avro da FAB (De Alberto Homs, especial para O GLOBO) — Um homem de 90 anos — Antônio Feijó da Paz, vulgo Antônio Jesus — foi o orador da turma de 300 alunos (cujas idades variam de 6 a 80 anos) que se alfabetizou em 40 horas na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, e que recebeu diploma em cerimônia simples, presidida pelo Sr. João Goulart na sua visita de 24 horas àquele Estado.

Antônio fez um discurso que deixou todos comovidos. Em sua linguagem simples, recordou um episódio que ficou marcado na vida do lugarejo: "Trinta anos, aqui estive o Presidente Getúlio Vargas para matar a fome de barriga. Hoje, Ex.ª que aqui vem para matar a fome da cabeça."

O Novo Método

A experiência, que, segundo o Presidente João Goulart, será estendida a todo o território nacional, resulta da aplicação do método do Prof. Paulo Freire, da Universidade do Recife.

O método dispensa o uso da cartilha. Começa com uma pesquisa junto ao grupo que se pretende alfabetizar, quando é feita a coleta de um universo vocabular que corresponda a situações sociológicas existentes do grupo. Esse universo tem, em média, 40 palavras. A coleta é feita através de conversas informais, explicando aos futuros alunos que assim eles estão ajudando a fazer o programa das aulas, dando a eles um sentido de participação ativa. São anota-

tadas também algumas frases mais expressivas, importantes para o grupo. Um conjunto de palavras simples é escolhido: são palavras geradoras, com fonemas básicos. Como o método é audiovisual, foram feitas fichas coloridas para projetar, contendo situações de trabalho próprias ao grupo e com as palavras-chave. Durante a confecção das fichas é feito um teste de figuras com o grupo, para determinar a capacidade de observação e intelectual dos alunos e para melhor dividi-los em classe.

O Curso

A primeira aula traz ao aluno o conhecimento da diferenciação entre objeto de cultura e

objeto de natureza. É da ideia de cultura que se parte para a alfabetização. A segunda aula começa com uma explicação que procura dar aos alunos uma base para a compreensão de sua situação dentro da realidade brasileira. Deu-se a isso o nome de politização. A terceira aula é de revisão. Os alunos são chamados a formar palavras, juntando fonemas. Há sempre quem forme palavras: belo, lata, bola, bala etc. Na metade do curso são introduzidos fonemas complexos e as letras dobradas. Os monitores (professores), em Angicos, chamavam as sílabas de tijolos, explicando que "para construir uma parede ou uma palavra é preciso juntar os tijolos numa determinada ordem". Essa concepção permitiu explicar que "às vezes a gente pode usar só meio tijolo que está faltando", facilitando a todos os alunos a compreensão das consoantes intercaladas (o "r") da palavra "falta", por exemplo).

Fazenda Típica

Ainda em Angicos, o Sr. João Goulart quis conhecer uma fazenda do Nordeste. Foi, então, à fazenda da família do Sr. Sílvio Pedrosa, que tem um bonito açude e onde as culturas regionais são desenvolvidas de acordo com os padrões tradicionais. Ali, na mesma casa, haviam almoçado, em 1933, Getúlio Vargas e José Américo. O episódio foi, então, recordado, com grande orgulho, pela anfitriã. Foram servidos vatapá, churrasco e doces da região.

Democracia em

Mossoró

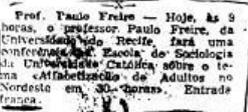
O Presidente visitou Mossoró, a segunda cidade do Estado. Ali chegou com os quatro governadores nordestinos que se haviam incorporado à sua comitiva em Natal: Sergipe, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Todos os seus 30 mil habitantes foram à rua para prestar

homenagem ao Sr. João Goulart. A manifestação mostrou também que, em Angicos, ali, a luta política, de um lado, as bandeiras verdes do Governador Aluisio Alves; de outro, as bandeiras vermelhas dos correligionários da família Rosado. Havia, todavia, característica democrática naquela composição, que, outrora, foi marcada por sangue. Os proprietários de motocicletas e bicicletas espalharam por entre os automóveis, provocando o maior pânico e pondo em risco muitas vidas. O curioso é que todos usavam pequenos velículos de plástico sem chapa. Seus proprietários os haviam arrancado, segundo afirmaram, para proteger a vida do Governador, acusado de não fazer pela cidade.

Depois das Inaugurações previstas, o Presidente foi descansar uns minutos na casa do Senador Dix-Rosado. O Sr. Aluisio Alves, seu inimigo político, não entrou na calçada, conversando com seus correligionários.

Natal

A disputa e a velha rivalidade entre Natal e Mossoró foi posta em foco. Mas, no capital potiguar, a posição do governador é de franco favoritismo. O Presidente foi alvo de manifestação jamais presenciada antes, na entrada da cidade, no bairro do Aterrim, de população pobre. O Sr. João Goulart, que vinha de automóvel, na Santa Cruz, onde havia inaugurado o sistema Paulo Afonso, levou mais de uma hora para transpor a massa popular. O Presidente chegou à praça e fez um discurso bastante entusiasmado. Prometeu dar crédito a todos os lavradores, na base de juro a cinco por cento e assegurou que até novembro, Natal, Macau e outras cidades do Rio Grande do Norte estariam recebendo energia de Paulo Afonso.



Prof. Paulo Freire — Hoje, às 9 horas, o professor Paulo Freire, da Universidade do Recife, fará uma conferência na Escola de Sociologia da Universidade Católica sobre o tema "Alfabetização de Adultos no Nordeste em 40 horas". Entrada franca.

G126 4 4 63

INSTITUTO PAULO FREIRE
 Rua Cerro Corá, 550 2.º andar cj. 22
 Tel: (11) 3021-5536 Fax: (11) 3021-5589
 05061-100 - São Paulo - SP - Brasil
 E-mail: ipf@paulofreire.org

Documento 3

Da grande mentira às primeiras sílabas da verdade

O Brasil é um País que pode ser governado por analfabetos que não sejam eleitos por analfabetos. Para impedir o analfabeto de votar existe um breve exame de leitura e escrita. Para impedir-lo de governar não existe nada.

... Há uma certa simplicidade no que se fica escrito porque não existe, ocupando cargo eletivo, nenhum cidadão que realmente não saiba escrever o nome. Mas é uma verdade que o Brasil ainda mantém letreado metade de sua população, sem direito ao voto, devido a governos tão analfabetos que fazem da pauta da Educação, invariavelmente, um prêmio de consolação de partidos políticos ou Estados-membros agnacionados. A função educacional, que devia ser a primeira, é a última. A Constituição Federal de 1946 nomeia desde o Art. 1.º, em que diz que "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Deixa dizer que remana de metade do povo. Em alguns Estados, como o Piauí, emana de um quinto do povo, porque o resto não sabe ler. Quando declara no Art. 132, que não podem alistar-se eleitores os analfabetos está punindo a vítima e não o criminoso. Isto se compreenderia como punição de uma minoria deprimida com relação ao que se recusava a aprender a ler. Mas quando o povo não tem escolas nem professores por que trançá-lo nesse jardim zoológico do Art. 132?

O melhor retrato do Brasil que se poderia fazer num quadro a óleo seria o do Marechal Lott (general naquele tempo) dando entrevista à United Press sobre a crise de novembro de 1960, com o revólver numa das mãos e a Constituição na outra. As classes armadas, as mais bem aguçadas do Brasil desde a República, defendendo uma Constituição que mente no Art. 1.º, no Art. 141 ("Todos são iguais perante a lei", menos os que não educamos) e, principalmente, no 1.º, "O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República", sempre que o Ministro da Guerra permitir.

... fisa, o Círculo de Cultura fez todo o grupo de Educação de Adultos indagar de si mesmo se não haveria um meio de alfabetizar assim, mediante um método ativo e dialógico.

A palavra diálogo

Ela aparece a todo instante no método Paulo Freire, e, de uma ano para cá, aparece mais e mais nos editoriais políticos dos jornais brasileiros. É o nome da que não levava ao Brasil. Nossa história de golpes é uma história de monólogos. Não houve nenhuma conversa antes dos grandes momentos da nossa história mesquinha. Grupos de elites (palavras que saíram da França para ser diárricos) instalados em algum palácio ou quartel e no dia seguinte comunicam ao povo que o salvariam.

... vez do mundo da cultura. Depois dessa instrução visual boicota diante do educando, também instruído, as palavras geradoras que geram em seguida decompostas.

Na prática, desenhos gráficos e simples, que o pintor Francisco Brennand fez para Paulo Freire, são usados como slides e painéis, em, melhor, levam o educando a observar o mundo natural, do mundo feito pelo homem. Não se trata de projetar-se também na tela, na parede calada, na geral, as palavras geradoras, as que têm maior significado existencial para os lavradores. Foi a professora Aurélica Cardoso, mestre do REC, que transmitiu uma excelente visão de mundo o Professor Higgins está criando sua Galaxia pernambucana:

... As palavras geradoras são as palavras-chave que, decompostas em seu fonemas, propiciam o surgimento de novas palavras pela combinação dos fonemas. Assim, por exemplo, palavra lavra, poderia gerar: lavro, livra, lava, lava, lava, lava, lava, lava, etc. Com o material colhido em pesquisas feitas em localidades diversas de Pernambuco, con-

O homem inserido no mundo

Como existe hoje em dia em Pernambuco uma bela exaltação revolucionária, falta-se mesmo em dar voto ao analfabeto do que se alfabetizá-lo para que ele possa votar contra um País injusto e uma Constituição esbóto. Numa aula dada pelo Sistema Paulo Freire um lavrador lançou pela primeira vez duas sílabas, li e ra, e bradou:

— Tito é nome de gente e o papai que a gente vota!

Quando o camponês foi assim desiludido e começou a usar seu raciocínio de forma ao mesmo tempo livre e sistemática, chega a hora de aprender a ler. Primeiro as sílabas, após de transferir uma palavra escrita, trazem o desenho correspondente. Vem a projeção de uma primeira sílaba ou fonema e de sílaba e palavra e o objeto. Em seguida, aparece ao a palavra título. E eis a fase final do processo descrita por Aurélica Cardoso:

Após a visualização, introduz-se o grupo na decomposição, como por exemplo: ti-ra-le.

Da primeira sílaba ti leva-se o grupo a conhecer toda a família fonêmica resultante da combinação de fonemas: te, ta, tu, to, tu, ta, te, jo, jo, tu e tá, le, li, lu, lu.

Reconhecendo o ti de título, o grupo e compara com as outras sílabas notando que começam iguais e se diversificam no fim e passamos cada uma com um nome próprio.

Chamamos-se para família fonêmica separadamente, trazem-se diversas leituras para que se fixem as sílabas novas. Chegamos então ao momento das famílias já conhecidas aparecerem juntas:

ta te ti to tu
ja le li jo ju
la le li lu lu

Feita a leitura em horizontal, faz-se em vertical, a fim de que os participantes notem que as sílabas agora se iniciam diferentes e terminam iguais. Preparam-se para a decomposição da sílaba em letras.

Interessante é que diante dessa ficha, geralmente os participantes descobrem a palavra visualizada ou outra, lata, por exemplo. É realmente importante, porque desse momento após aprender o mecanismo da língua portuguesa que é o de juntar sílabas. Daí, decomponhamos essa ficha de "lata de descoberta", e que não se fez doçudo, nada se deu pronto ao analfabeto, mas sim descobriu.

A dimensão nova que lhe dá o conceito de cultura se faz constatar agora, quando se descobre lendo e escrevendo. Finalmente, conhece as vogais e introduz-se na escrita. Interessante-se muito na formação de palavras outras que encontram. Da palavra título poderiam formar: loto, lato, lote, lato, lato, lata, lata, loto etc.

Na medida em que visualizam uma palavra geradora nova, dominam dificuldades fonêmicas diversas, até que após vencerem todas ficam totalmente alfabetizados.

"Há dias dedicados à fixação do que foi aprendido, em que se exercitam em leituras individuais e coletivas, autoditadas e jogos de fundamental importância.

"Noções de masculinidade, ponto final, aceitação são introduzidas na medida em que surgem as oportunidades. É conveniente observar que desde o início recebem palavras e sentenças por eles formadas, batidas à máquina ou numéricas, para que se familiarizem com a letra de imprensa.

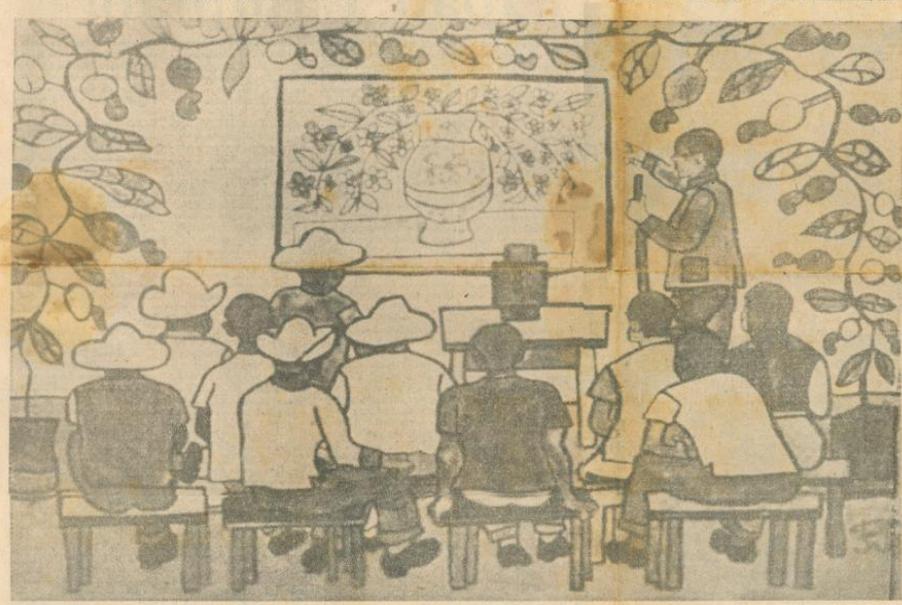
"Jornais são circulados, lidos e debatidos; pequenas composições, poemas e bilhetes são escritos. Fitas são realizadas para avaliação do trabalho. Têm conseguido ler, numa média de 40 horas de atividades, que correspondem ao período de aproximadamente um mês e meio no dos meses."

Palavra geradora

Uma das palavras geradoras no Sistema Paulo Freire é eleição. Uma das esperanças dos que usam o sistema é poder aumentá-la. Em 1960, o contingente eleitoral, lá se, tirar gente condenada ao limbo do Art. 132. Se os professores, os coordenadores, forem alfabetizados em suficiente, será lávres possível acrescentar — o quê? Dois milhões de eleitores? Três? Um 40? É difícil prever. Mas a longo prazo — em dez anos, digamos — não há dúvida de que o Brasil poderá redimir a maior parte de sua massa de analfabetos. O perigo é que o Governo, desobediendo às exigências do método, feche definitivamente o Ministério da Educação, ratiocinando, com um Jeca Tatá no Palácio da Alvorada:

— Deixa as crianças crescerem analfabetas mesmo que depois o REC avide elas. Assim a gente pode comprar outro porta-aviões para a Marinha, dar uma Divisão Blindada ao Exército e continuar o Freire.

Antônio Callado



Texto de Antonio Callado. (Jornal do Brasil, 15 de janeiro de 1964). Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/materia.inteira.jpg>.

Documento 4:

Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964

Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, no uso das atribuições constante do artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e, CONSIDERANDO a necessidade de um esforço nacional concentrado para eliminação do analfabetismo;

CONSIDERANDO que os esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional;

CONSIDERANDO que urge conclamar e unir tôdas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem;

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Para execução do Programa Nacional de Alfabetização, nos termos do artigo anterior, o Ministro da Educação e Cultura constituirá uma Comissão Especial e tomará todas as providências necessárias.

Art. 3º O Ministério da Educação e Cultura escolherá duas áreas no Território Nacional para início da operação do Programa de que trata o presente Decreto. Art. 4º A Comissão do Programa Nacional de Alfabetização convocará e utilizará a cooperação e os serviços de: agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis.

Art. 5º São considerados relevantes os serviços prestados à campanha de alfabetização em massa realizada pelo Programa Nacional de Alfabetização. Art. 6º A execução e desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização ficarão a cargo da Comissão Especial de que trata o Artigo 2º.

Parágrafo único. O Ministro da Educação e Cultura expedirá, em tempo oportuno, portarias contendo o regulamento e instruções para funcionamento da Comissão, bem como para desenvolvimento do Programa.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART Júlio Furquim Sambaquy

Documento 5:

Decreto nº 53.886, de 14 de Abril de 1964

Revoga o Decreto n. 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições constantes do art. 87, inciso I, da Constituição Federal e CONSIDERANDO a necessidade de reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país;

CONSIDERANDO ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo;

CONSIDERANDO, finalmente, que o Departamento Nacional de Educação é o órgão do Ministério da Educação e Cultura ao qual incumbe, por lei, a administração dos assuntos de educação, DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O Departamento Nacional de Educação recolherá todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização, cujos recursos também ficarão à disposição daquele órgão.

Art. 3º O Ministro da Educação e Cultura baixará os atos que se tornarem necessários para a execução dêste Decreto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI Luiz Antônio da Gama e Silva

Documentos 6 e 7:

Entrevistas gravadas e disponíveis sobre Angicos:

- a) Osmar Fávero - <https://www.youtube.com/watch?v=z9xjLADzLIA>
- b) Marcos Guerra - https://www.youtube.com/watch?v=Y_xt6ZxW7EM

Referências

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. **Horas de esperança**. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo, Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira em educação. São Paulo: Cortez, 1996.

Fotos



Paulo Freire expõe a metodologia ao Presidente João Goulart e Governadores



Antonio Ferreira discursa no encerramento diante do Presidente João Goulart